



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 3795451/2026 - SEMUS

São Luís - MA, 27 de abril de 2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA FORNECIMENTO DE COLCHÕES HOSPITALARES E CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUÍS/MA – SEMUS.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Órgão/Setor Requisitante: Superintendência de Assistência à Rede de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde.

Processo SEI nº: 15901.002758/2026

2. INTRODUÇÃO:

2.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

2.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 8º, inciso I, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021).

3.1 A importância da aquisição dos itens constantes neste instrumento torna-se vital, em virtude de serem materiais estratégicos de suporte às ações de saúde, sendo essenciais para a continuidade do atendimento aos usuários das Unidades de Saúde do Município de São Luís/MA.

3.2 Os colchões hospitalares auxiliam e dão suporte a esses atendimentos, proporcionam conforto e segurança aos pacientes, além de ajudar na prevenção de lesões, sendo que a falta destes resultaria na suspensão dos trabalhos ou tornaria precária a sua execução.

3.3 A presente contratação visa implementar melhorias na hospitalidade dos usuários atendidos, promovendo conforto e segurança aos pacientes por meio da substituição de colchões deteriorados ou inadequados. Além disso, busca-se garantir um ambiente de trabalho adequado para os colaboradores, proporcionando estrutura para atender às demandas das diversas unidades de saúde municipais.

3.4 A escassez de materiais repercute na tomada de decisão dos profissionais da área médica, de enfermagem e de outras especialidades que tem contato direto com o paciente, isto implica muitas vezes na interrupção da assistência prestada ao usuário. O desabastecimento pode ocasionar situações estressantes à equipe multiprofissional, aumento de infecções, aumento do tempo de internação do usuário com consequente aumento dos custos e gastos hospitalares e em certas ocasiões, danos irreparáveis ao usuário e seus familiares /acompanhantes.

3.5 Também é necessário atender ao Plano Anual de Saúde – PAS 2022/2025 que estabelece as intenções e resultados a serem alcançados durante a atual gestão e seus ajustes anuais que venham a ser necessários, oriundo das Programações Anuais da Saúde - PAS e resultados refletidos nos próximos Relatórios Anuais de Gestão que orientam os trabalhos das equipes de saúde sendo aprimorados à luz das mudanças da realidade municipal.

3.6 A Constituição Federal definiu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” e a Lei Federal n. 8.080/1990, que regulamentou o SUS, prevê em seu Artigo 7º, como princípios do sistema, entre outros:

I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e dos serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema.

3.7 Cabe ao Gestor Municipal prover as condições necessárias para o atendimento à saúde de sua população, onde o mesmo organizou seus equipamentos de saúde distribuídos nos distritos sanitários que compõem o Município de São Luís, com o intuito de qualificar e ampliar o acesso universal, as ações e serviços de saúde, em tempo oportuno, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população ludovicense.

3.8 A Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS possui como objetivo prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária, tendo como responsabilidade oferecer assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se as exigências legais, de modo a proporcionar atendimento seguro e de qualidade, facilitando assim a atuação dos diversos profissionais e proporcionando condições favoráveis de trabalho.

3.9 Diante disso é imprescindível o fornecimento de colchões hospitalares para o atendimento às necessidades Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, bem como a manutenção de estoque mínimo para que não haja descontinuidade dos serviços, considerando que a falta destes inviabiliza a assistência prestada pelas equipes de saúde.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 8º, inciso II, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021).

4.1 A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, número 2129, ID 06307102000130-0-000005/2026, ID. do item 287, classe/grupo 331, categoria material, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível através do link <https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2026>, demonstrando-se, assim, o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 8º, inciso III, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº. 14.133/2021).

5.1 Da apresentação das propostas

5.1.1 Catálogos e material(is) ilustrativo(s) original(is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

5.1.2 Especificamente, correlato ao item 01 da Planilha descritiva, por se tratar de produto para saúde será solicitado Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360/1976.

5.2 Da Qualificação Técnica

5.2.1 Especificamente, correlato ao item 01 da Planilha descritiva, por se tratar de produto para saúde será solicitada Licença Sanitária Estadual ou Municipal válida, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária e compatível com o objeto licitado. Se a licença estiver vencida, será aceita cópia legível do protocolo de revalidação acompanhada da cópia da licença expirada. Alternativamente, a exigência da licença pode ser dispensada mediante a apresentação de comprovação inequívoca de que a atividade do licitante é isenta de tal exigência perante a Vigilância Sanitária competente.

5.2.2 Especificamente, correlato ao item 01 da Planilha descritiva, por se tratar de produto para saúde será solicitado Autorização de Funcionamento (AFE), concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A validação da AFE dar-se-á por meio de cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU) ou cópia eletrônica obtida diretamente do portal da ANVISA. Alternativamente, a exigência da AFE poderá ser dispensada mediante a apresentação de documento oficial emitido pela ANVISA ou legislação específica que comprove inequivocamente a dispensa de tal autorização para a atividade exercida pelo licitante. As exigências estão embasadas na RDC nº 16, de 1º de abril de 2014.

5.3 Da entrega e critérios de aceitação do objeto

5.3.1 O fornecimento deverá ser efetuado para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) de forma parcelada, conforme a necessidade do setor demandante. O prazo de entrega deverá ser de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de emissão e recebimento da Ordem de Fornecimento, a qual será emitida somente após a formalização da assinatura do contrato.

5.3.2 O cronograma estimativo de entregas, detalhado no Apêndice II, é referencial e flexível, visando atender à variabilidade do consumo nas unidades de saúde.

5.3.3 Os materiais devem ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís / MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.

5.3.4 A empresa deverá substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega de materiais empregados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da convocação da Secretaria de Municipal de Saúde, podendo haver dilatação deste prazo nos casos em que ficar comprovada impossibilidade real de cumprimento, conforme análise e definição do fiscal do contrato.

5.3.5 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, e definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório, mediante atesto da Nota Fiscal, após verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação.

5.4 Da Amostra

5.4.1 Não será exigido amostra.

5.5 Critérios e Práticas de Sustentabilidade

5.5.1 Deverão ser observadas e adotadas as previsões da RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

5.6 Do uso do Sistema de Registro de Preços

5.6.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma ferramenta essencial para a administração pública, e sua aplicação é totalmente fundamentada no Decreto Municipal nº 62.276/2026, que regulamenta o SRP no âmbito da Administração Pública Municipal de São Luís, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Além de promover uma gestão mais eficiente, econômica e transparente das contratações, ao permitir a centralização e racionalização das aquisições, garantir maior agilidade e flexibilidade, otimizar os recursos públicos e melhorar o planejamento geral das compras, a escolha do SRP fundamenta-se nas hipóteses do Art. 1º do referido Decreto.

5.6.2 No presente caso, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) é plenamente justificada com base nos **incisos I, II e IV do § 1º do artigo 1º do Decreto Municipal nº 62.276/2026**, que estabelece sua aplicação preferencial quando: **I)** as características do bem ou serviço demandarem contratações frequentes; **II)** forem previstas entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa; **IV)** houver a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

5.6.3 Assim, o uso do SRP desburocratiza e otimiza o emprego dos recursos públicos, alinhando-se aos princípios da boa governança e às necessidades operacionais da gestão municipal, observando-se que a vigência da Ata será de **12 (doze) meses**, contados da publicação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período com a respectiva renovação de quantitativos, conforme o Art. 27, §§ 1º e 2º da norma vigente.

5.7 Da vigência do Contrato

5.7.1 O prazo de vigência será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos, incluídas eventuais prorrogações, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

5.7.3 A aquisição contínua de colchões hospitalares e correlatos é essencial para assegurar a assistência adequada aos usuários atendidos pelas unidades da rede municipal de saúde, em especial pacientes acamados, com mobilidade reduzida, em situação de internação prolongada ou em tratamento nas diversas modalidades assistenciais ofertadas pela SEMUS. Tais insumos integram a estrutura básica de suporte ao cuidado, sendo indispensáveis à manutenção do conforto, da segurança e da dignidade dos pacientes, além de cumprirem papel preventivo fundamental contra o desenvolvimento de lesões por pressão e outras complicações decorrentes do uso prolongado de superfícies inadequadas.

5.7.4 A descontinuidade do fornecimento compromete diretamente a continuidade do cuidado e o cumprimento dos protocolos assistenciais das unidades de saúde municipais. Além disso, pode gerar impacto negativo sobre os indicadores de qualidade dos serviços prestados e exposição da Administração a judicializações por omissão no fornecimento de insumos essenciais à saúde.

5.7.5 Ressalta-se que a demanda por colchões hospitalares e correlatos é recorrente e variável ao longo do exercício, estando sujeita a oscilações decorrentes de fatores como desgaste natural dos itens em uso, ampliação ou reativação de leitos, sazonalidade de atendimentos e necessidades imprevistas das unidades.

5.8 Da vigência da Ata de Registro de Preço

5.8.1 Nos termos do Art. 27 do Decreto Municipal nº 62.276/2026, a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados. Por ocasião da prorrogação, os quantitativos originalmente fixados poderão ser renovados, até o limite do quantitativo original, visando garantir a continuidade das necessidades da Administração.

5.8.2 A renovação dos quantitativos justifica-se tecnicamente pela recorrência e variabilidade da demanda da Rede Municipal de Saúde, comprovada pelo consumo histórico dos últimos 24 meses, que demonstra necessidade contínua e imprevisível de reposição para evitar desabastecimento e prejuízo ao atendimento.

5.9 Das condições de guarda e armazenamento

5.9.1 Os produtos devem apresentar nos rótulos todas as informações, em língua portuguesa, constando dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade.

5.9.2 Os produtos deverão ser acondicionados conforme praxe do fabricante garantindo sua integridade até o uso, rotulado de acordo com a legislação vigente.

5.9.3 As embalagens devem efetivamente proteger seu conteúdo contra choques e intempéries, ação de luz, poeira e umidade.

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (art. 8º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº. 14.133/2021):

6.1 As quantidades dos itens listados na planilha do Apêndice I, em conformidade com o artigo 8º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 60.155/2024, foram estimadas atendendo às diretrizes de planejamento e economicidade. A metodologia incluiu:

- a) definição da estimativa fundamentada no consumo histórico e nas necessidades projetadas da rede de saúde municipal, com base em dados objetivos extraídos de contratações recentes (Dispensa de Licitação nº 22/2025, processos nº 15901.027832/2025, Contratos nº 519/2025 e nº 520/2025), que representam o consumo efetivo de colchões e correlatos para manutenção das unidades de saúde;
- b) análise de contratações anteriores, utilizando dados dos últimos pregões (P.E. nº 126/2023 e P.E. nº 90.056/2025) para embasar a demanda, complementados pelos volumes contratados nas dispensas emergenciais citadas, que servem como indicadores de consumo real em período de alta demanda;
- c) projeção de necessidades futuras, considerando fatores como reposição de estoque, expansão da rede de saúde municipal, desgaste natural dos itens e aumento projetado de atendimentos; e
- d) análise do estoque existente, com base no relatório de movimentações oriundo do almoxarifado central, o qual indica níveis baixos ou exauridos para os itens em questão, uma vez que as contratações recentes (Contratos nº 519/2025 e nº 520/2025) foram motivadas por demandas imediatas e inadiáveis, refletindo a depleção do estoque disponível; assim, as quantidades estimadas incorporam uma margem para reconstituição de estoque mínimo de segurança, visando prevenir novas situações emergenciais e garantir a continuidade dos serviços de saúde.

6.2 Memórias de Cálculo Detalhadas: As estimativas foram calculadas com base no consumo histórico observado nos Contratos nº 519/2025 e nº 520/2025 (anexados como referência), que totalizaram a aquisição de 2.110 unidades de colchões e correlatos em regime emergencial para atender demandas imediatas da SEMUS. Para cada item, aplicou-se uma memória de cálculo que considera: (i) o volume consumido/adquirido nos últimos 12 meses (dados objetivos dos contratos); (ii) uma taxa de reposição anual de 20%; (iii) ajuste para cobertura de um período de 12 meses, visando evitar novas dispensas emergenciais; e (iv) dedução de estoque residual estimado como mínimo (baseado no relatório de movimentações, assumindo depleção pós-emergência).

6.3 Tal acréscimo justifica-se pela necessidade de mitigar riscos de desabastecimento decorrentes de oscilações imprevistas na demanda e garantir a continuidade das atividades essenciais, em observância ao Princípio da Eficiência e da Supremacia do Interesse Público.

6.4 Essas quantidades, alinhadas ao Plano de Contratações Anual (PCA), asseguram economicidade, eficiência e continuidade dos serviços de saúde.

7 LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 8º, inciso V, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº. 14.133/2021):

7.1 O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções. No que concerne aos colchões hospitalares e correlatos relacionados neste Estudo Técnico Preliminar, há necessidade de distribuição direta às Unidades de Saúde Municipais para o atendimento dos pacientes em internação ou tratamento.

7.2 Os bens a serem fornecidos apresentam características comuns e objetivamente verificáveis no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade (como densidade, dimensões, material de revestimento e certificações, como ANVISA para modelos pneumáticos) podem ser definidos no edital, por meio de especificações usuais e normas técnicas aplicáveis.

7.3 Assim vislumbrou-se 02 (duas) alternativas possíveis para atender o objeto da contratação, a saber:

7.3.1 Solução 1 – Locação de colchões e correlatos;

7.3.2 Solução 2 - Aquisição de colchões e correlatos.

7.4 Da análise: A Lei 14.133/2021 estabelece princípios como a eficiência, a economicidade e a busca pela melhor técnica como norteadores das contratações públicas. A escolha entre a aquisição e a locação deve, portanto, estar alinhada a esses preceitos, considerando o benefício para a administração pública.

7.5 A solução de locação de colchões restou inviabilizada, uma vez que, após amplas diligências realizadas junto a diversos fornecedores especializados do ramo, foi constatado que não há disponibilidade de locação dos itens em questão no mercado. Ademais, em consultas a pregões realizados por outros órgãos públicos, também não se identificou nenhuma solução de locação de colchões. Diante disso, a aquisição dos itens configura-se como a alternativa mais adequada e eficiente para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís.

7.6 Isso posto, o levantamento de mercado teve como objetivo identificar fornecedores aptos e soluções disponíveis, bem como obter informações sobre preços e condições comerciais. A pesquisa foi realizada por meio de diversas fontes e metodologias, visando garantir a obtenção da melhor solução para a necessidade e de proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Nesse sentido, a pesquisa de mercado abrangeu as seguintes abordagens:

a) **Pesquisa em Portais de Compras Públicas:** Foram consultados portais como o gov.br/pncp/pt-br e plataformas de compras de outros entes federativos para verificar aquisições de itens semelhantes, identificar fornecedores já cadastrados e analisar históricos de preços.

b) **Análise de Contratos Anteriores:** Foram revisados pregões, atas de registro de preços e contratos realizados anteriormente por esta Secretaria, a exemplo dos contratos nº 519/2025 e 520/2025, onde foram adquiridos os mesmos itens, a fim de obter subsídios sobre preços praticados e especificações técnicas.

c) **Pesquisa em Mídias Especializadas:** Foram realizadas consultas em websites que comercializam esses materiais, o que contribuiu para identificar tendências de mercado, novos produtos e potenciais fornecedores.

7.7 Após as análises realizadas, foi identificado as seguintes características:

7.7.1 O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

7.7.2 Não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

7.8 O levantamento de mercado permitiu identificar uma variedade de colchões e correlatos, com diferentes características e especificações, essenciais para atender às diversas necessidades dos pacientes. As principais categorias e seus aspectos relevantes incluem:

7.9 Colchões Hospitalares:

7.9.1 Colchões de Espuma Hospitalar (D28 ou superior): Densidade e materiais específicos para suportar o uso contínuo, com capa impermeável e de fácil higienização.

7.9.2 Colchões Pneumáticos/de Pressão Alternada: Utilizam um sistema motorizado para inflar e desinflar células de ar, aliviando a pressão em diferentes pontos do corpo do paciente, sendo essenciais para pacientes acamados ou de alto risco.

7.9.3 Colchões Especiais: Modelos com géis, viscoelásticos ou outras tecnologias para casos clínicos mais complexos.

7.10 Correlatos e Acessórios:

7.10.1 Capas Protetoras: Capas impermeáveis, antichamas e de fácil limpeza, essenciais para a biossegurança e longevidade do colchão.

7.10.2 Motores/Compressores (para modelos pneumáticos): Equipamento necessário que acompanha o colchão de pressão alternada, com especificações de potência e baixo ruído.

7.11 A pesquisa revelou a existência de diversos fornecedores no mercado nacional aptos a fornecer os itens desejados. Empresas fabricantes e distribuidoras de mobiliário e equipamentos médico-hospitalares, representadas por distribuidores em todo território nacional, inclusive locais e regionais, foram identificadas como potenciais fornecedores.

7.12 O levantamento de mercado demonstrou a existência de um mercado competitivo e com diversas opções de produtos e fornecedores. As informações coletadas são fundamentais para a elaboração das especificações técnicas detalhadas, para a definição do quantitativo a ser adquirido e para a estimativa de custos, garantindo a conformidade com as diretrizes do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e o sucesso da futura contratação.

7.13 Assim, reitera-se que a aquisição de colchões hospitalares e correlatos constitui a solução mais adequada e viável para atender ao objeto pretendido pela Administração.

7.14 Após as análises realizadas verificou-se as formas jurídicas e administrativas para a contratação. Assim, vislumbrou-se 02 (duas) alternativas possíveis para atender o objeto da contratação, a saber:

- a) Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP) de outros órgãos da administração pública federal, requerendo criteriosa análise dos bens a serem adquiridos (se iguais aos pretendidos), posicionamento favorável das empresas vencedoras e do órgão gerenciador da ARP e disponibilidade de quantidade almejada.
- b) Contratação, por meio de Pregão Eletrônico (PE), de empresa (s) especializada (s) para o fornecimento de materiais, visando atender às necessidades da Unidade.

7.15 Na análise da **alternativa A**, não se encontrou ata vigente que atenda a totalidade do objeto da demanda, pois, as opções encontradas conduziram a diversas contratações que certamente resultariam em perda de economia de escala, provavelmente aumento dos custos operacionais e demora no atendimento da necessidade administrativa.

7.16 Na análise da **alternativa B**, conforme já mencionado acima esses materiais são ofertados pelo mercado regularmente, com grande diversidade de fabricantes e potenciais fornecedores e são corriqueiramente objeto de licitações pela modalidade pregão eletrônico no âmbito dos órgãos da Administração Pública.

7.17 Ao observar as soluções postas, ponderando-se os encargos de cada uma delas e o tempo demandado, assim como os preceitos legais nas implícitos, entende-se, como formato mais adequado, o apresentado na **alternativa B**, dado que os bens objeto deste Estudo possuem fornecedores especializados em diversas unidades da federação. Acrescentado a isso, verifica-se que a Administração Pública, em geral, procede à aquisição de colchões e correlatos, para atendimento de suas necessidades, por meio de Pregão Eletrônico.

7.18 Diante disso, optou-se pela realização de Pregão Eletrônico na modalidade Sistema de Registro de Preços, em virtude da necessidade de entregas fracionadas dos materiais e da dificuldade em definir, com exatidão, os quantitativos a serem efetivamente demandados ao longo do período de vigência do contrato. Essa modalidade permite assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, o tratamento isonômico entre os licitantes e a prevenção de contratações com sobrepreço ou preços manifestamente inexequíveis e superfaturados, em plena conformidade com o disposto no art. 11º da Lei nº 14.133/2021.

8 ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (art. 8º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei 14.133/21):

8.1 A estimativa preliminar de preço visa a escolha da melhor solução para a contratação e a análise de sua viabilidade, desta forma realizou-se pesquisas em pregões realizados por outras instituições (<https://pncp.gov.br>), Atas de Registro de Preço e contratos desta Secretaria. Tais valores estão demonstração na tabela descritiva do Apêndice I.

8.2 Ressaltamos, porém, que o orçamento estimativo final para esta nova contratação deverá compor o Termo de Referência através de nova pesquisa mercadológica considerando os ajustes de mercado.

9 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 8º, inciso VII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso VII, da Lei 14.133/21):

9.1 A solução sugerida é a aquisição de colchões hospitalares e correlatos, com fornecimento conforme as especificações técnicas detalhadas neste Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís.

9.2 Tal solução é similar à adotada por outros órgãos da administração e comum ao mercado de fornecedores, conforme demonstrado nos itens anteriores.

9.2.1 O prazo de vigência será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos, incluídas eventuais prorrogações, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

9.3 A execução do contrato, compreendendo o fornecimento, entrega e eventual substituição dos materiais, deverá ser realizada pela empresa contratada nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde ou em local por ela indicado, conforme as condições de entrega descritas no item 5 deste ETP.

9.4 Os colchões hospitalares e correlatos deverão ser entregues devidamente embalados, identificados com marca, modelo e características técnicas, possuir etiqueta permanente de identificação do fabricante, fixada em local de fácil visualização, sem nenhum tipo de violação, bem como de todos os itens acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.

9.5 Os produtos deverão ser acondicionados conforme praxe do fabricante, garantindo sua integridade até o uso, e rotulados de acordo com a legislação vigente.

9.6 Com a execução em andamento, os itens fornecidos abastecerão o estoque da Secretaria Municipal de Saúde, permitindo a manutenção de uma distribuição contínua e regular aos pacientes atendidos, garantindo a qualidade da assistência prestada.

9.7 Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados por diversas empresas e são facilmente comparáveis entre si, pois possuem padrões de desempenho e características técnicas similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado, sendo, portanto, passíveis de aquisição por Pregão Eletrônico.

9.8 Assim, pelos motivos expostos nos itens acima, adotar-se-á o procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços (SRP), pela flexibilidade de sua metodologia prática e jurídica, bem como por não ser possível, em razão da natureza do objeto, definir previamente o quantitativo exato necessário para o atendimento da demanda desta Administração. Esse tipo de contratação permite a participação de vários fornecedores do mercado nacional aptos a fornecer os itens necessários, conforme as especificações apresentadas, visando a obtenção da melhor proposta e do menor preço, com consequente economia para a Administração Pública, em consonância com o Decreto Municipal nº 62.276/2026, que disciplina o Sistema de Registro de Preços.

10 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (art. 8º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei 14.133/21):

10.1 A licitação para aquisição de colchões hospitalares e correlatos poderá ser realizada na modalidade de **parcelamento por item**, em conformidade com o disposto nas legislações vigentes.

10.2 A decisão pelo parcelamento se fundamenta nos seguintes benefícios e critérios:

a) **Ampliação da Competitividade:** O mercado de produtos é vasto e diversificado, com fabricantes e distribuidores especializados em diferentes tipos de materiais. O parcelamento por item permite que empresas de diversos portes, inclusive micro e pequenas empresas, participem da licitação ofertando apenas os itens nos quais são competitivas. Isso evita que a licitação se restrinja a um número limitado de grandes fornecedores capazes de entregar a totalidade dos itens, aumentando, assim, a concorrência e a probabilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

b) **Busca pela Proposta Mais Vantajosa:** Ao licitar por item, a Administração tem a possibilidade de contratar cada produto individualmente pelo menor preço unitário, em vez de um pacote fechado que poderia conter itens com preços não tão competitivos. Isso resulta em uma maior economicidade e na garantia de que o melhor preço será obtido para cada item específico, otimizando o emprego dos recursos públicos.

c) **Adequação às Especificidades dos Produtos:** O parcelamento permite que as especificações sejam detalhadas para cada item, garantindo a aquisição de produtos que atendam precisamente às necessidades dos usuários e às exigências de saúde, sem comprometer a qualidade ou funcionalidade de outros itens.

10.3 Em suma, o parcelamento da licitação para os colchões hospitalares e correlatos não apenas se alinha com as disposições legais vigentes, visto que a licitação por itens é a regra das contratações públicas sempre que assim for tecnicamente viável, mas também representa a estratégia mais adequada para maximizar a competitividade, garantir a economicidade e assegurar a aquisição de produtos de qualidade que atendam plenamente às necessidades dos pacientes e da Rede Municipal de Saúde de São Luís/MA em conformidade com os artigos 82, § 1º, e 47 da Lei nº 14.133/2021 e a Súmula TCU 247.

10.4 Os produtos poderão ser solicitados em quantidades parceladas ao longo do ano à medida que houver a solicitação das unidades de saúde, de modo a atender a necessidade da Administração, evitando prejuízos em relação ao prazo de validade.

11 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 8º, inciso IX, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei 14.133/21):

11.1 A aquisição de colchões hospitalares e correlatos, conforme planejado, atende às exigências legais e às necessidades dos usuários, promovendo eficiência na gestão pública, economicidade, e melhoria na qualidade de vida dos pacientes. A contratação é fundamentada neste Estudo Técnico Preliminar que considerou a demanda estimada, as especificações

técnicas dos produtos e os impactos positivos em termos de saúde pública e sustentabilidade, conforme exigências legais.

11.2 Resultados Pretendidos

11.2.1 Economicidade:

- a) **Redução de Custos Operacionais:** A aquisição em escala, por meio de processo licitatório, permitirá negociar preços mais vantajosos com fornecedores, reduzindo o custo unitário dos materiais.
- b) **Padronização de Preços:** A elaboração de um estudo técnico preliminar detalhado, com preços unitários referenciais, garantirá a compatibilidade com o mercado, evitando sobrepreço e otimizando os recursos financeiros disponíveis.
- c) **Aproveitamento de Economias de Escala:** A consolidação da demanda em uma única licitação proporcionará maior volume de compra, potencializando descontos e reduzindo custos logísticos.

11.2.2 Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais:

- a) **Garantia de Qualidade e Conformidade:** Os produtos adquiridos atenderão às especificações técnicas e diretrizes do INMETRO, garantindo colchões hospitalares e correlatos que atendam às necessidades dos usuários, reduzindo trocas desnecessárias e desperdícios.
- b) **Gestão de Estoques:** A aquisição planejada permitirá a manutenção de estoques estratégicos, evitando rupturas no fornecimento e garantindo a continuidade do atendimento dos diversos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

11.2.3 Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros:

- a) **Previsibilidade de Gastos:** A formalização de uma Ata de Registro de Preços (ARP) permitirá a contratação gradual, conforme a demanda, evitando gastos desnecessários e garantindo a disponibilidade de recursos para outras necessidades do órgão.
- b) **Controle de Despesas:** A fiscalização rigorosa do contrato assegurará que os pagamentos sejam realizados apenas para produtos entregues em conformidade com o especificado, evitando custos adicionais por inconformidades.

11.2.4 Benefícios para a Administração em Termos de Políticas Públicas:

- a) **Promoção da Equidade:** A padronização e a qualidade dos produtos adquiridos garantem que todos os usuários, tenham acesso a materiais adequados, reduzindo desigualdades no atendimento.
- b) **Transparência:** O processo licitatório, conduzido com base em estudo técnico preliminar e indicadores claros, reforça a transparência na gestão pública, promovendo a confiança da sociedade na administração e o cumprimento das políticas públicas voltadas à saúde.

12 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 8º, inciso X, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso X, da Lei 14.133/21):

12.1 Antes da formalização da futura contratação, deverá ser realizada uma série de ações fundamentais para garantir a correta execução contratual. Estas ações são cruciais para estabelecer bases sólidas, evitar problemas futuros e assegurar que o contrato seja executado de acordo com as normas legais e as expectativas da Administração. Eis algumas dessas providências:

- 12.1.1** Capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, fornecendo treinamento sobre os procedimentos de acompanhamento do contrato;
- 12.1.2** Quando do recebimento dos colchões e correlatos, verificar se atende a todos os requisitos estabelecidos no contrato e no termo de referência.

13 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (art. 8º, inciso XI, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei 14.133/21):

13.1 Não há contratações correlatas/interdependentes.

14 IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 8º, inciso XII, do Decreto Municipal nº 60.155/2024 e art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei 14.133/21):

14.1 Além dos aspectos técnicos é fundamental considerar os impactos ambientais associados a essa aquisição. Neste contexto, apresentamos uma série de critérios e práticas para a avaliação dos impactos ambientais na aquisição de colchões hospitalares.

14.2 Destacamos que as legislações pertinentes à vigilância sanitária e orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia- Geral da União (AGU), pontua as providências a serem tomadas, através de inserção de solicitações no Termo de Referência, como por exemplo, item de descrição ou especificação técnica do produto (solicitando registro na ANVISA), Prova de atendimento aos seguintes requisitos de apresentação de Autorização de Funcionamento (AFE), Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente. Destacamos que todas estas documentações compõem este Estudo.

14.3 Vale ressaltar que um dos documentos solicitados pela Vigilância Sanitária, para emissão de Alvará Sanitário às empresas, é o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, conforme RDC nº 222, de 28 de março de 2018, o que demonstra que as empresas empregam práticas sustentáveis.

14.4 Assim os materiais, após utilização, devem ter disposição final adequada, segundo a RDC supracitada e seu grupo de classificação. No geral, são destinados ao aterro de resíduos perigosos (vala séptica para lixo hospitalar), sem causar danos ou riscos à saúde pública, minimizando os impactos ambientais e utilizando procedimentos específicos para o confinamento destes.

15 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21):

15.1 Com base na análise aprofundada dos aspectos técnicos, operacionais, orçamentários e das necessidades identificadas na demanda de contratação, apresentamos parecer favorável à aquisição de colchões hospitalares e correlatos.

15.2 Os principais pontos que fundamentam essa recomendação são:

- a) **Viabilidade Técnica:** Os colchões hospitalares e correlatos atendem plenamente aos requisitos técnicos e especificações detalhadas neste Estudo, incluindo ergonomia, capacidade de suporte de carga, materiais antimicrobianos, impermeabilização, facilidade de higienização e compatibilidade com camas hospitalares e demais equipamentos assistenciais.
- b) **Viabilidade Operacional:** A aquisição desses itens é essencial para aprimorar a qualidade e a segurança do atendimento hospitalar, proporcionando maior conforto aos pacientes acamados, reduzindo o risco de úlceras por pressão, facilitando o trabalho da equipe de enfermagem e contribuindo para a excelência no cuidado integral.
- c) **Viabilidade Orçamentária:** O orçamento previsto para a aquisição está consistente com os valores praticados no mercado e alinhado com a previsão constante no Plano de Contratações Anuais, demonstrando equilíbrio entre custo e benefício.
- d) **Adequação à Necessidade Identificada:** A aquisição dos colchões hospitalares e correlatos está em total consonância com a necessidade identificada na demanda de contratação, oferecendo uma solução completa que moderniza a infraestrutura de cuidados intensivos e de internação, contribuindo diretamente para a prevenção de lesões por pressão e para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes atendidos.

15.3 Diante das considerações expostas e com base na análise de risco, a contratação da aquisição de colchões hospitalares e correlatos é altamente recomendada. Esta aquisição não apenas atenderá às demandas assistenciais atuais, mas também representará um avanço significativo na qualidade do atendimento hospitalar, alinhado aos princípios da administração pública moderna, à promoção da segurança do paciente e à busca contínua pela excelência no cuidado em saúde.

16 RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DO ETP:

16.1 ELABORADOR

- a) Alana de Jesus Lopes Oliveira, Enfermeira, Apoio Técnico SARS/SEMUS, Matrícula: 6469257;
- b) Perla Coimbra Malheiros, Enfermeira, Apoio Técnico SARS/SEMUS e membro da EPC, Matrícula: 562728-1;

16.2 DE ACORDO

- a) Josélia Alves dos Santos, Superintendente de Assistência à Rede de Saúde. Matrícula: 6469134.

APÊNDICE I – PLANILHA DESCRITIVA

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	REFERÊNCIA
1	623238	COLCHÃO PNEUMÁTICO PARA PREVENÇÃO DE ESCARAS COM MOTOR AIRPLUS, com as seguintes características: Composto de 130 células; Eficiência de mais de 90 mesmo quando inclinado até 60º; confeccionado em vinil resistente, leve, flexível e impermeável; Tempo inicial para inflar: 10 min.; Material: PVC; Dimensões: 198 x 89 x6cm (Comp. x Largura x altura inflado); Peso: 2,3Kg; Indicado para pacientes de até 130kg CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE DECONTROLE 220V; Durável e compacto; Deve operar com um nível de vibração extremamente baixo e silencioso, possibilitando um ambiente favorável ao sono tranquilo; Luz indicadora de funcionamento; Baixo consumo de energia elétrica; Pressão de saída: 2,0 Psi (libera força por polegada ao quadrado) ou 103,42mmhg (milímetros de mercúrio); Tempo de ciclo 2,5min; Volume de ar: 4,5 lmi (litros por minuto) Comprimento do cabo de força: 3m (metros) Dimensões: 25 x 13 x 10cm	UND	500	R\$ 124,98	R\$ 62.490,00	ARP Nº 247/2025/PMSL/MA
2	614695	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA CAMA HOSPITALAR ADULTO, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-33; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Capacidade mínima 180 kg. Dimensões: 188 x 88 x 15 cm.	UND	3.000	R\$ 545,00	R\$ 1.635.000,00	CONTRATO Nº 519/2025/SEMUS/SÃO LUÍS
3	614656	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA CAMA HOSPITALAR PEDIÁTRICA, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-33; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Capacidade mínima para 120 kg; Dimensões: 148 x 68 x 10 cm.	UND	300	R\$ 154,00	R\$ 46.200,00	CONTRATO Nº 520/2025/SEMUS/SÃO LUÍS
4	477901	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-23; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO Dimensões: 75 x 36 x 5 cm.	UND	30	R\$ 49,00	R\$ 1.470,00	CONTRATO Nº 520/2025/SEMUS/SÃO LUÍS
5	614652	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-23; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO Dimensões: 62 x 32 x 2 cm.	UND	30	R\$ 49,00	R\$ 1.470,00	CONTRATO Nº 520/2025/SEMUS/SÃO LUÍS
6	614675	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA MACA, com as seguintes características: com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-28; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Dimensões: 183 x 55 x 5 cm. Cor: Azul Royal.	UND	600	R\$ 104,00	R\$ 62.400,00	CONTRATO Nº 520/2025/SEMUS/SÃO LUÍS
7	614675	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA MACA RETRÁTIL (AMBULÂNCIA), com as seguintes características: com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-28; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Dimensões: 183 x 52 x 10 cm.	UND	350	R\$ 160,00	R\$ 56.000,00	CONTRATO Nº 520/2025/SEMUS/SÃO LUÍS
8	614653	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA MESA GINECOLÓGICA, com as seguintes características: com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-28; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Dimensões: 110 x 50 x 5 cm. Cor: Azul Royal.	UND	30	R\$ 69,34	R\$ 2.080,20	ARP Nº 171/2024/EBSERH/PARANÁ
9	396204	ROLO DE ESPUMA com as seguintes características: utilizado para posicionar o paciente para realizar a terapia. Rolo totalmente em espuma; revestido com courvin. lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Dimensões aproximadas; 60cm x 25cm	UND	100	R\$ 114,90	R\$ 11.490,00	ARP Nº 248/2025/PMSL/MA
10	291911	ROLO DE ESPUMA com as seguintes características: utilizado para posicionar o paciente para realizar a terapia. Rolo totalmente em espuma; revestido com courvin. lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Dimensões aproximadas; 60cm x 15cm	UND	100	R\$ 215,00	R\$ 21.500,00	ARP Nº 865/2025-SMS.G

11	396206	ROLO DE ESPUMA com as seguintes características: utilizado para posicionar o paciente para realizar a terapia. Rolo totalmente em espuma; revestido com courvin. lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Dimensões aproximadas; 60cm x 10cm	UND	200	R\$ 94,05	R\$ 18.810,00	ARP Nº 248/2025/PMSL/M A
12	631275	CAPA PARA COLCHAO ADULTO, com as características mínimas: confeccionada em courvim na cor azul; com sistema de fechamento reforçado por costura; com sistema de abertura em uma lateral com zíper; tamanho 1,88 x 0,88 x 15cm.	UND	3000	R\$ 48,00	R\$ 144.000,00	ARP Nº 225/2025/HCFMB
13	631292	CAPA PARA COLCHAO PEDIÁTRICO, com as características mínimas: confeccionada em courvim na cor azul; com sistema de fechamento reforçado por costura; com sistema de abertura em uma lateral com zíper; tamanho 148 x 68 x 10 cm.	UND	300	R\$ 27,50	R\$ 8.250,00	ARP Nº 684/2025/EXTREM A/MG
TOTAL GLOBAL						R\$ 2.071.160,20	

APÊNDICE II – CRONOGRAMA ESTIMADO DE ENGREGAS

As entregas serão realizadas mediante emissão de Ordens de Fornecimento (OF) específicas, podendo haver ajustes no percentual e no cronograma, respeitado o quantitativo total registrado na Ata. Ressaltamos que o cronograma acima é estimativo e flexível, visando atender à variabilidade do consumo nas unidades de saúde, sem prejuízo à continuidade do atendimento.

1ª parcela	até 30 (trinta) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços	Aproximadamente 40% do quantitativo total (ou conforme solicitação inicial dos setores demandantes/SEMUS, priorizando unidades com maior déficit)
2ª parcela	entre o 4º e 6º mês de vigência da Ata	Aproximadamente 30% do quantitativo total estimado (ou conforme consumo real e solicitações)
3ª parcela	entre o 9º e 11º mês de vigência da Ata	Aproximadamente 30% do quantitativo total estimado (ou saldo remanescente, conforme demanda efetiva)

APÊNDICE III – MEMÓRIAS DE CÁLCULO

As quantidades foram estimadas com base no consumo histórico das unidades de saúde da SEMUS, considerando o Plano Anual de Saúde 2026.

Metodologia:

- Período analisado: 24 meses (jan/2024 a dez/2025).
- Fontes: Contratos 519/2025 e 520/2025; ARP oriundas de Pregão 126/2023 e 90.056/2025.
- Fórmula: Quantitativo total = (Média mensal histórica x 12) acrescido de uma margem de segurança de mais ou menos 20% (margem para crescimento de demanda e estoque mínimo).

Segue tabela contendo um exemplo

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	CONSUMO MENSAL MÉDIO HISTÓRICO (2024-2025)	CONSUMO PROJETADO ANUAL (MÉDIA X 12)	MARGEM DE SEGURANÇA 20%	QUANT SOLICITADA
1	COLCHÃO PNEUMÁTICO PARA PREVENÇÃO DE ESCARAS COM MOTOR AIRPLUS, com as seguintes características: Composto de 130 células; Eficiência de mais de 90 mesmo quando inclinado até 60º; confeccionado em vinil resistente, leve, flexível e impermeável; Tempo inicial para inflar: 10 min.; Material: PVC; Dimensões: 198 x 89 x6cm (Comp. x Largura x altura inflado); Peso: 2,3Kg; Indicado para pacientes de até 130kg CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE DECONTROLE 220V; Durável e compacto; Deve operar com um nível de vibração extremamente baixo e silencioso, possibilitando um ambiente favorável ao sono tranquilo; Luz indicadora de funcionamento; Baixo consumo de energia elétrica; Pressão de saída: 2,0 Psi (libera força por polegada ao quadrado) ou 103,42mmhg (milímetros de mercúrio); Tempo de ciclo 2,5min; Volume de ar: 4,5 lmi (litros por minuto) Comprimento do cabo de força: 3m (metros) Dimensões: 25 x 13 x 10cm	UND	34	408	92	500
2	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA CAMA HOSPITALAR ADULTO, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-33; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Capacidade mínima 180 kg. Dimensões: 188 x 88 x 15 cm.	UND	200	2.400	480	3.000
3	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA CAMA HOSPITALAR PEDIÁTRICA, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-33; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Capacidade mínima para 120 kg; Dimensões: 148 x 68 x 10 cm.	UND	20	240	60	300
4	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-23; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO Dimensões: 75 x 36 x 5 cm.	UND	2	24	6	30
5	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO, com as seguintes características: confeccionado em	UND	2	24	6	30

6	espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-23; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO Dimensões: 62 x 32 x 2 cm.	UND	40	480	120	600
	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA MACA, com as seguintes características: com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-28; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Dimensões: 183 x 55 x 5 cm. Cor: Azul Royal.					
7	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA MACA RETRÁTIL (AMBULÂNCIA), com as seguintes características: com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-28; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Dimensões: 183 x 52 x 10 cm.	UND	24	288	62	350
8	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA MESA GINECOLÓGICA, com as seguintes características: com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-28; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Dimensões: 110 x 50 x 5 cm. Cor: Azul Royal.	UND	2	24	6	30
9	ROLO DE ESPUMA com as seguintes características: utilizado para posicionar o paciente para realizar a terapia. Rolo totalmente em espuma; revestido com courvin. lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Dimensões aproximadas; 60cm x 25cm	UND	7	84	16	100
10	ROLO DE ESPUMA com as seguintes características: utilizado para posicionar o paciente para realizar a terapia. Rolo totalmente em espuma; revestido com courvin. lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Dimensões aproximadas; 60cm x 15cm	UND	7	84	16	100
11	ROLO DE ESPUMA com as seguintes características: utilizado para posicionar o paciente para realizar a terapia. Rolo totalmente em espuma; revestido com courvin. lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Dimensões aproximadas; 60cm x 10cm	UND	14	168	32	200
12	CAPA PARA COLCHAO ADULTO, com as características mínimas: confeccionada em courvim na cor azul; com sistema de fechamento reforçado por costura; com sistema de abertura em uma lateral com zíper; tamanho 1,88 x 0,88 x 15cm.	UND	200	2.400	480	3.000
13	CAPA PARA COLCHAO PEDIÁTRICO, com as características mínimas: confeccionada em courvim na cor azul; com sistema de fechamento reforçado por costura; com sistema de abertura em uma lateral com zíper; tamanho 148 x 68 x 10 cm.	UND	20	240	60	300



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Alana De Jesus Lopes Oliveira, Enfermeira**, em 27/04/2026, às 11:13, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Perla Coimbra Malheiros, Enfermeira**, em 27/04/2026, às 11:14, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Josélia Alves dos Santos, Administrativo**, em 27/04/2026, às 15:54, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3795451** e o código CRC **5A728453**.